

CADERNO DE PROVA

CARGO: AUDITOR DE CONTROLE INTERNO

Instruções gerais:

1. Este caderno de prova contém 40 (quarenta) questões objetivas. É de sua inteira responsabilidade conferir se o caderno de provas recebido está completo e se corresponde ao seu cargo. Caso esteja incompleto ou apresente qualquer defeito, comunique imediatamente ao fiscal de sala para que seja tomada a providência necessária para sanar o problema;
2. **ATENÇÃO:** para cada questão objetiva são apresentadas as opções A, B, C, D e apenas uma delas corresponde à alternativa correta;
3. O tempo estipulado para a realização da prova é de até **03 (três) horas**, está incluído nesse tempo o preenchimento do cartão-resposta, entrega do material e identificação do candidato;
4. Na carteira somente poderá ficar o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente, fica a critério do candidato a utilização de caneta de outra cor, porém, caso haja falha na leitura ótica do cartão-resposta, os pontos correspondentes às questões não lidas, não serão computados;
5. Ao receber o CARTÃO-RESPOSTA verifique se contêm a mesma quantidade de questões do Caderno de Prova, caso perceba algum problema com seu cartão-resposta, comunique imediatamente o fiscal de sala para que seja adotada a medida necessária;
6. No CARTÃO-RESPOSTA você *deverá assinalar somente a alternativa que julgar correta e sem rasuras.*
7. O preenchimento do cartão-resposta é de sua inteira responsabilidade, para o correto preenchimento siga às instruções contidas na parte superior do cartão, observe atentamente o número da questão antes de marcar, pois não haverá substituição do cartão- resposta que é personalizado e único.
8. Quando terminar a prova sinalize para o fiscal e aguarde ser chamado para entregar a prova, o cartão-resposta e assinar a lista de presença, caso não tenha assinado na entrada;
9. Somente depois de decorridos 1 (uma) hora do início da prova você poderá sair da sala sem levar consigo o caderno de provas;
10. Você poderá levar esse caderno de provas quando estiver faltando 30 (trinta) minutos para o encerramento da prova;
11. É proibido levantar ou comunicar com outros candidatos durante a prova;
12. É proibido anotar informações relacionadas às suas respostas da prova objetiva em qualquer outro lugar que não seja o caderno de provas;
13. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão ser liberados juntos;
14. O gabarito da prova objetiva será divulgado no segundo dia útil subsequente a aplicação da prova e será fixado no placar da Prefeitura e nos sites www.itame.com.br e www.mozarlandia.go.gov.br;

Informações importantes:

- ✓ Não serão aceitos recursos em desacordo com o item 14 e seguintes do edital regulamento;
 - ✓ Somente é permitida a reprodução da prova para fins didáticos, devendo ser citada a fonte.
- Boa sorte!**

1. Considerando o contexto, as palavras em destaque significam respectivamente:

Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Ministério da Previdência Social, Justiça do Trabalho... Será que todas essas instituições estão erradas quando reforçam a importância da saúde mental no ambiente de trabalho?

Será que estão mentindo quando revelam o impacto da falta de cuidados no crescente índice de afastamento dos trabalhadores?

Será que o Centro de Pesquisa de Política Econômica da União Europeia se equivoca quando demonstra que pessoas com diagnóstico de burnout podem sofrer danos graves e duradouros em sua carreira – e as mulheres são três vezes mais **suscetíveis** a essas consequências?

Ou que as repercussões do esgotamento estendem-se à família, reduzindo o rendimento do cônjuge e até mesmo o desempenho escolar dos filhos? Será que a Constituição Federal de 1988, que garante o direito à saúde mental a todo cidadão, está **obsoleta**?

E o que dizer das perdas de quase 400 bilhões de reais por ano no Brasil devido a desafios psíquicos e emocionais, de acordo com pesquisa da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais?

Dados e constatações não faltam para nos alertar que a educação em saúde mental é uma demanda urgente para enfrentar um fenômeno concreto, doloroso e caro para toda a população. Mesmo assim, onde estão os EPIs da saúde mental? Sim, equipamentos de proteção individual!

Para evitar riscos físicos, trabalhadores dispõem de capacete, bota, luva, protetor auricular etc. Inclusive há campanhas para o uso deles nas fábricas e multa para quem descumpra as regras. Mas e os riscos psicológicos?

Mesmo sentada, sem me expor a perigos visíveis, posso adoecer se **negligenciar** sinais sobre meus limites cognitivos e emocionais. Como ainda tem gente que prefere ignorar os fatos e continuar pensando como no século passado, cansei!

[...]

Mas o que seria um EPI da saúde mental? É o letramento da liderança em segurança psicológica, é a prevenção de qualquer tipo de assédio, é o direito à desconexão, é a flexibilidade de tempo e local de trabalho, é o acesso a sessões de terapia, é a possibilidade de realizar uma jornada de

autoconhecimento ou turismo interno, como chamo o processo de atualização de identidade. [...]

Izabella Camargo. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/coluna/com-a-palavra/por-que-devemos-ter-equipamentos-de-protecao-para-a-saude-mental/>. Acesso em: 28 jun. 2024.

- (A) propensas – anacrônica – ignorar.
- (B) sensíveis – mandriã – transgredir.
- (C) itinerantes – ultrapassada – fomentar.
- (D) vulneráveis – atemporal – descuidar.

2. Leia as proposições e assinale o que estiver de acordo com o texto.

I. As mulheres diagnosticadas com burnout são três vezes mais suscetíveis a ter danos graves e duradouros em suas carreiras.

II. Os danos à saúde mental do(a) trabalhador(a) não o(a) afeta isoladamente, mas pode atingir a sua família, inclusive o desempenho escolar dos filhos.

III. EPI de saúde mental diz respeito a medidas individuais de prevenção, tratamento terapêutico após o diagnóstico e flexibilização a afastamentos temporários do ambiente tóxico de trabalho.

- (A) Estão corretas apenas I e III.
- (B) Está correta apenas a III.
- (C) Está correta apenas a II.
- (D) Estão corretas I e II.

3. Identifique a função sintática dos termos em destaque nos seguintes períodos: “...reforçam a importância **da saúde mental** no ambiente de trabalho?”; “...as mulheres são três vezes mais suscetíveis **a essas consequências**?”; “garante o direito **à saúde mental**”

- (A) complemento nominal.
- (B) objeto indireto.
- (C) objeto direto preposicionado.
- (D) adjunto adnominal.

4. No período a seguir, a oração destacada tem valor:

Ainda que não faltem dados e constatações para nos alertar, a saúde mental do trabalhador continua sendo negligenciada.

- (A) consecutivo
- (B) concessivo
- (C) condicional
- (D) causal

5. Assinale a alternativa que apresenta a justificativa correta acerca da necessidade (ou não) do acento grave para os períodos em destaque.

- I.** “Mesmo sentada, sem me expor **a** perigos visíveis”.
- II.** “...é o acesso **a** sessões de terapia”.

III. “...que garante o direito à saúde mental a todo cidadão, está obsoleta?”

(A) I e II não ocorre crase, pois apenas a preposição **a** se faz necessária em razão da regência do verbo expor e do substantivo acesso.

(B) Na proposição II, apesar de sessões ser um substantivo feminino, a palavra acesso não exige a preposição **a**.

(C) A presença da crase na proposição III se dá em razão da regência do verbo garante, que exige preposição.

(D) A proposição I apresenta uma exceção à regra de uso de crase, visto que a palavra perigos é masculina e está no plural.

6. Sobre o período: “Inclusive há campanhas para o uso deles nas fábricas e multa para quem descumpra as regras”, pode-se afirmar que:

I. *campanhas* é o sujeito do verbo haver.

II. o verbo haver é impessoal, por isso não apresenta sujeito.

III. *deles* é pronome anafórico que retoma e se refere aos equipamentos de proteção individual citados.

IV. *campanhas* é objeto direto do verbo haver.

(A) Estão corretas apenas I, II e III.

(B) Estão corretas apenas II, III e IV.

(C) Estão corretas apenas I e III.

(D) Está correta apenas a II.

7. Julgue as proposições e assinale a alternativa que apresenta a classificação correta do **se**.

I. Morre-se de fome neste país. (índice de indeterminação do sujeito).

II. Veja **se** a empresa oferece conexão de internet de qualidade. (conjunção condicional).

III. Vendem-se casas com varandas em terrenos arborizados. (partícula apassivadora)

(A) Está correta apenas a II.

(B) Está correta apenas a I.

(C) Estão corretas apenas II e III.

(D) Estão corretas apenas I e III.

8. Que função da linguagem predomina neste texto?



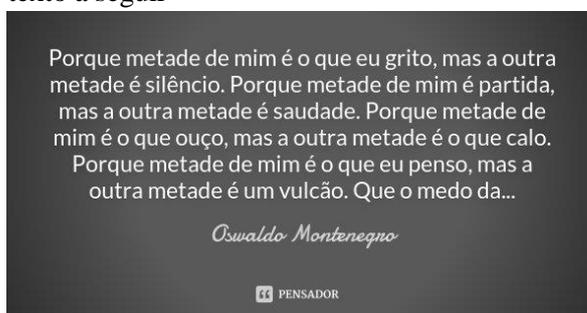
(A) metalinguística

(B) fática

(C) conativa

(D) emotiva

9. Identifique a figura de linguagem que se sobressai no texto a seguir



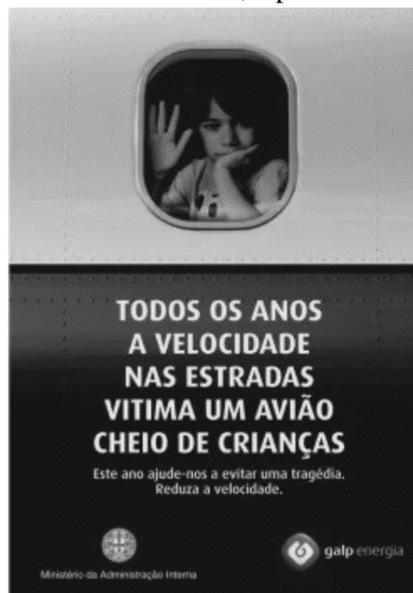
(A) antítese

(B) eufemismo

(C) pleonasmo

(D) gradação

10. A respeito do texto abaixo, é possível inferir que:



(A) Trata-se de uma campanha publicitária com o intuito de aumentar a venda de passagens aéreas, a fim de desobstruir o trânsito nas rodovias.

(B) Trata-se de uma campanha publicitária voltada para a educação no trânsito com o propósito de diminuir o número de acidentes automobilísticos.

(C) Trata-se de uma campanha publicitária de uma companhia aérea cujo objetivo é convencer as pessoas de que o transporte aéreo é mais seguro do que o rodoviário.

(D) Trata-se de uma campanha publicitária voltada ao incentivo para melhorar as condições do transporte aéreo oferecidas ao público infantil.

11. Com a aproximação da data de realização de certo concurso para oficial de justiça, uma escola que se dedica a preparar candidatos a cargos públicos deu três aulas de revisão intensiva para seus alunos. Do total Σ de alunos, sabe-se que 80 compareceram à primeira aula, 85 à segunda e 65 compareceram à terceira aula de revisão. Dos alunos que assistiram à primeira aula, 36 não retornaram para as duas aulas seguintes, 15 retornaram apenas para a segunda e 20 compareceram às três aulas. Dos alunos que não estavam presentes na primeira aula, 30 compareceram à segunda e à terceira aulas. Com base nessas informações, se $\frac{1}{5}$ do total Σ de alunos não compareceu às aulas de revisão, o valor de Σ é:

- (A) 165
- (B) 170
- (C) 204
- (D) 230

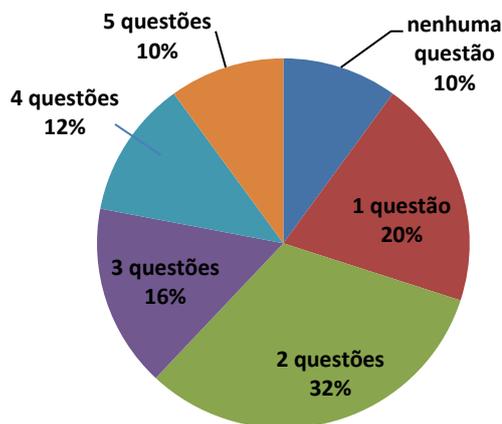
12. Considere duas caixas A e B. Na caixa A, temos 5 bolas vermelhas e 15 azuis, e na caixa B, temos 7 bolas vermelhas e 13 azuis. Se escolhermos, ao acaso, uma caixa e, em seguida, retirarmos uma bola, qual a probabilidade de que esta bola seja vermelha:

- (A) 17,5%
- (B) 20%
- (C) 27,5%
- (D) 30%

13. Lua é 6 anos mais velha que Sol. Há 2 anos, a idade de Lua era o triplo da idade de Terra e daqui a 1 ano será igual à soma das idades de Terra e Sol. A idade de Sol é:

- (A) 17 anos
- (B) 23 anos
- (C) 9 anos
- (D) 7anos

14. O gráfico abaixo mostra a porcentagem de acertos nas questões de um concurso público para agente fiscal havia 15.000 inscritos. Com base nos dados apresentados, a quantidade de candidatos que acertaram pelo menos três questões é:



- (A) 2.400
- (B) 3.300
- (C) 5.700
- (D) 6.000

15. A função real f , de variável real, dada por $f(x) = x^2 - 12x + 20$, tem valor:

- (A) mínimo igual a 16, para $x = -12$
- (B) mínimo igual a -16, para $x = 6$
- (C) máximo igual a 56, para $x = 6$
- (D) máximo igual a 72, para $x = 12$

16. Sabendo-se que a licitação é um instrumento pelo qual a Administração Pública escolhe um licitante vencedor para com ele, posteriormente, firmar um contrato administrativo, bem como que existem princípios previstos em lei que devem ser obedecidos, marque a alternativa correta:

- (A) o princípio da publicidade preconiza que a Administração deve agir de forma imparcial e sem promoção pessoal dos agentes públicos;
- (B) o princípio da impessoalidade representa, no âmbito licitatório, tanto a necessidade de dar transparência às informações quanto uma condição, por vezes, de eficácia do contrato ou ato praticado;
- (C) o princípio da moralidade preza pela atuação administrativa com o menor dispêndio e melhor aproveitamento de seus recursos humano, financeiro;
- (D) o princípio da moralidade estipula que o agir administrativo deve seguir as regras de boa conduta, ética, boa-fé, honestidade;

17. Marque a alternativa que indica uma das hipóteses de licença de licitação, nos termos da Lei nº. 14.133/2021:

- (A) para contratação que tenha por objeto a aquisição de medicamentos destinados exclusivamente ao tratamento de doenças raras definidas pelo Ministério da Saúde;

(B) para contratação que tenha por objeto a aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

(C) para contratação que tenha por objeto a contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

(D) para contratação que tenha por objeto a aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha;

18. Sobre o regime constitucional das finanças públicas é correto afirmar:

(A) É vedado à lei que instituir o plano plurianual as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes;

(B) leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão o plano plurianual; as diretrizes orçamentárias; os orçamentos anuais;

(C) a lei orçamentária anual poderá conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa;

(D) a Constituição Federal autoriza a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

19. Referente ao Sistema de Controle Interno, é correto afirmar que:

(A) somente o Poder Executivo poderá manter o sistema de controle interno;

(B) a Constituição Federal conferiu à União e aos Estados competência para regulamentar o funcionamento de Sistema de Controle Interno dos Municípios;

(C) incumbe ao legislador municipal dispor sobre o SCI do respectivo ente federado, é ele que detém a competência para definir a forma de funcionamento do próprio Sistema e as atribuições de seu órgão executante, incluindo a maneira pela qual deve prestar o apoio ao controle externo;

(D) não constitui finalidade do sistema de controle interno avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

20. Nos termos da Instrução Normativa nº. 08/2021, considerando que os arts. 31 e 74 da Constituição Federal de 1988 e os arts. 79 e 82 c/c art. 29 da Constituição Estadual dispõem que os Poderes Legislativo e Executivo manterão, de forma integrada,

Sistema de Controle Interno, marque a alternativa correta:

(A) cabe aos Tribunais de Contas orientar, apoiar e fiscalizar a efetiva implementação do Órgão Central de Controle Interno por parte dos jurisdicionados, contribuindo para a melhoria da qualidade da gestão pública à luz dos princípios da boa governança e da prevenção de riscos;

(B) o Supremo Tribunal Federal firmou entendimento no sentido de que é constitucional a criação de cargos em comissão que não possuam caráter de assessoramento, chefia ou direção e que não demandam relação de confiança entre o servidor nomeado e o seu superior hierárquico;

(C) o Sistema de Controle Interno deve ser composto por servidores efetivos, entretanto, o cargo de chefia do SCI em municípios pequenos pode ser ocupado por servidor comissionado;

(D) a função de controle interno é compatível com as funções de confiança, assim como com os cargos em comissão, por constituir uma função técnica e permanente a ser desenvolvida no ente federativo, razão pela qual sempre poderá ser exercida por servidores em comissão;

21. Considerando a decisão do STF, ministro Alexandre de Moraes, no Recurso Extraordinário 1.264.676 Santa Catarina, de 8 de junho de 2020, onde ficou assentado ser inconstitucional o provimento dos cargos de Diretor do Controle Interno e de Controlador interno por meio de cargo em comissão ou função gratificada, marque a alternativa correta:

(A) Órgão Central de Controle Interno (OCCI) ficará vinculado diretamente ao chefe de cada Poder Municipal e será subordinado a todos os demais órgãos da administração pública municipal;

(B) jamais poderá haver previsão da criação de seccionais do Órgão Central de Controle Interno (OCCI), ainda que se trate de municípios de maior porte;

(C) a criação do Órgão Central de Controle Interno (OCCI) integrante do Sistema de Controle Interno (SCI) ocorrerá por meio de Lei Municipal de iniciativa do Presidente do Tribunal de Justiça;

(D) a escolha para a chefia do Órgão Central de Controle Interno deve se pautar pelos princípios da moralidade, da eficiência, e da independência funcional, não cabendo aqui a sobreposição do princípio da confiança;

22. Marque a alternativa que não indica uma das atribuições do Órgão Central de Controle Interno, fixadas por lei municipal:

- (A) monitorar o cumprimento das recomendações e determinações exclusivamente em relação aos órgãos de controle externo;
- (B) auxiliar a Administração Municipal ou a Presidência da Câmara Municipal quando solicitado pela autoridade competente;
- (C) realizar auditorias de avaliação dos controles específicos e dos processos de trabalho dos poderes aos quais não estejam vinculados, por se tratar de controle externo, visando promover sua melhoria contínua;
- (D) acompanhar os prazos para apresentação das prestações de contas dos gestores municipais aos órgãos de controle interno, já que não está obrigado a prestar contas ao sistema de controle externo;

23. Os Controles Específicos integram o Sistema de Controle Interno e devem ser elaborados, implantados e aprimorados pelas respectivas áreas ou Unidades Administrativas onde serão utilizados.

Considerando o disposto na Instrução Normativa nº. 08/2021, marque a alternativa correta:

- (A) o Sistema de pessoal (ativo e inativo) deve ser objeto de Controles Específicos e constitui um dos referenciais mínimos de estruturação a ser implementado pelos Poderes Municipais;
- (B) Execução orçamentária e financeira: contabilidade; finanças; receita pública; créditos orçamentários e adicionais; e despesa pública não poderão ser objeto do controle específico;
- (C) as licitações, contratos e convênios, acordos, ajustes e credenciamentos não podem ser objeto de controles específicos, já que constituem discricionariedade da administração;
- (D) não existe previsão legal ou regulamentar para as matérias ou atividades que devem ser objeto dos controles específicos;

24. De acordo com a Lei nº. 14.230/2021 que alterou a Lei nº. 8.429/1992, sobre improbidade administrativa, é correto afirmar:

- (A) o sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade somente na organização da União e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social, já que, por se tratar de legislação federal não se aplica aos Estados e Municípios;
- (B) não estão sujeitos às sanções da Lei de Improbidade Administrativa os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de entes públicos ou governamentais;

(C) configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário;

(D) consideram-se agente público o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função, no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como da administração direta e indireta, no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

25. Nos termos da Lei de Improbidade Administrativa, marque a alternativa correta:

- (A) as disposições da Lei nº. 14.230/2021 são aplicáveis somente àquele que se encontrar na condição de agente público e que induza ou concorra culposamente para a prática do ato de improbidade;
- (B) os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, salvo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites da sua participação;
- (C) Se houver indícios de ato de improbidade, a autoridade que conhecer dos fatos deverá representar unicamente ao Poder Judiciário, para as providências necessárias;
- (D) O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilícitamente estão sujeitos à obrigação de reparar o dano integral, não se limitando ao limite do valor da herança ou do patrimônio transferido;

26. Sobre os princípios da administração pública expressos no art. 37 da Constituição Federal, é correto afirmar:

- (A) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis somente aos brasileiros natos que preencham os requisitos estabelecidos em lei;
- (B) o prazo de validade do concurso público será de até dois anos sem a possibilidade de prorrogação;
- (C) a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo

em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

(D) durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos não terá prioridade na convocação, podendo a administração pública realizar novo certame ou contratar servidores temporários, podendo convocar os novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

27. A Constituição Federal, visando a garantia do profissionalismo por parte dos(as) servidores(as) públicos(as), bem como que os serviços prestados atendam aos interesses da sociedade, a Constituição Federal estabeleceu alguns princípios a serem observados.

Nesse norte, marque a alternativa que indica um dos princípios da administração pública previstos no art. 37 da Constituição Federal:

- (A) moralidade;
- (B) supremacia do interesse público
- (C) motivação dos atos administrativos;
- (D) autotutela;

28. Sabendo-se que a Lei nº 18.025/2013 que dispõe sobre o acesso à informação no âmbito do Estado de Goiás, marque a alternativa correta:

- (A) aplicam-se as disposições da Lei de Acesso à Informação aos órgãos integrantes da administração direta do Poder Executivo, aos demais Poderes, aos Tribunais de Contas, ao Ministério Público do Estado de Goiás e à Defensoria Pública do Estado de Goiás, bem como às autarquias, às fundações públicas, às empresas públicas, às sociedades de economia mista e às demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado de Goiás;
- (B) as disposições da Lei nº. 18.025/2013 não podem ser aplicadas às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para a realização de ações de interesse público, recursos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres;
- (C) a publicidade a que estão submetidas as entidades mencionadas na Lei 18.025/2013 refere-se à parcela dos recursos públicos recebidos e à sua destinação, ficando as referidas entidades dispensadas das prestações de contas a que estejam legalmente obrigadas;
- (D) o direito de acesso a informações de que trata a Lei de Acesso à Informação será franqueado somente às pessoas jurídicas;

29. Marque a alternativa que indica a definição correta do termo previsto na Lei de Acesso à Informação:

- (A) reclassificação: atribuição, pela autoridade competente, de grau de sigilo a documentos, dados e informações;
- (B) gestão de documentos: todos os registros de informação, em qualquer suporte, inclusive o magnético ou óptico, produzidos, recebidos ou acumulados por órgãos e entidades da administração estadual, no exercício de suas funções e atividades;
- (C) desclassificação: supressão da classificação de sigilo por ato da autoridade competente ou decurso de prazo, tornando irrestrito o acesso a documentos, dados e informações sigilosas;
- (D) classificação de sigilo: alteração, pela autoridade competente, da classificação de sigilo de documentos, dados e informações;

30. Marque a alternativa que está em consonância com as disposições da Lei de Licitações (14.133/2021):

- (A) A modalidade leilão é restrita a contratações em que a Administração vise a contratar objeto que envolva inovação tecnológica ou técnica;
- (B) O leilão poderá ser cometido a leiloeiro oficial ou a servidor designado pela autoridade competente da Administração;
- (C) a modalidade leilão não será precedido da divulgação do edital em sítio eletrônico oficial, já que utilizado para contratações de pequeno valor, sendo dispensada a publicidade;
- (D) é admitida a criação de outras modalidades de licitação ou, ainda, a combinação daquelas referidas na Lei 14.133/2021;

31. A legislação tributária define o preço público e a taxa, estabelecendo algumas diferenças entre ambos. Nesse linear, marque a alternativa correta:

- (A) o preço público é fundado no “jus imperii” do ente público, é compulsória e somente pode ser instituída por meio de lei;
- (B) a taxa não é compulsória como o preço público, não tem natureza tributária e sim contratual, oriunda da contraprestação por um serviço prestado efetivamente;
- (C) a taxa é a prestação pecuniária imposta, legalmente, pelo Estado, em razão de serviços públicos prestados aos administrados;
- (D) o preço público é instituído em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

32. Marque a alternativa **incorreta**.

Segundo o artigo 60 da Lei Orgânica de Mozarlândia, perde o mandato o Prefeito que:

- (A) Assumir outro cargo ou função na administração pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude do concurso público.
- (B) Ausentar-se do Município por período superior a quinze dias.
- (C) Contrair empréstimos e realizar operações de créditos sem prévia autorização da Câmara.
- (D) desempenhar função de administração em qualquer empresa privada.

33. A publicidade das leis e atos municipais far-se-ão em órgãos da imprensa local ou regional ou por afixação na sede da Prefeitura ou da Câmara Municipal. A escolha do órgão da imprensa para a divulgação das leis e atos administrativos far-se-á, através de:

- (A) contratação direta.
- (B) licitação, em que se levarão em conta não só as condições de preços, como as circunstâncias de frequência, horário, tiragem e distribuição.
- (C) voto popular, com o intuito de escolher o órgão da imprensa mais consumido pelo povo.
- (D) voto popular, levando em conta apenas as condições de preço.

34. A competência comum, também chamada de competência administrativa, é atribuída a todos os entes federativos, sem exceção: À União, aos Estados, ao DF e aos Municípios. Leis complementares fixarão normas para a cooperação entre os entes federativos, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar no âmbito nacional.

Dito isso, conforme o artigo 11 da Lei Orgânica de Mozarlândia, é competência do município em comum com a União e o Estado:

- (A) conceder alvará para exercício de atividade profissional liberal.
- (B) autorizar e fiscalizar as edificações, bem como as obras de conservação, modificação ou demolição que nelas devam ser efetuadas.
- (C) abrir, arborizar, conservar, melhorar e pavimentar as vias públicas.
- (D) registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território.

35. Analise as assertivas abaixo e marque a alternativa correta.

O servidor nomeado para cargo de provimento efetivo em virtude de aprovação em concurso público, ficará submetido à estágio probatório, pelo período de 3 (três) anos, a contar da entrada em exercício, durante o qual

sua aptidão e capacidade serão objetos de avaliação para o desempenho do cargo.

Desse modo, o servidor público estável só perderá o cargo:

- I.** em virtude de sentença judicial transitada em julgado;
- II.** mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;
- III.** mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma da lei complementar, assegurada ampla defesa;
- IV.** para corte de despesas com pessoal, na forma prevista na Constituição Federal;

- (A) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
- (B) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.
- (C) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (D) Os itens I, II, III e IV estão corretos.

36. No Microsoft Word 2007, qual recurso específico é utilizado para aplicar um espaçamento duplo entre as linhas do texto?

- (A) Opção "Formatação Condicional" na guia de Revisão.
- (B) Comando "Espaço 2,0" na barra de ferramentas de formatação de parágrafos.
- (C) Configuração "Intervalo Antes" na guia de Layout da Página.
- (D) Botão "Recuos" disponível na guia de Exibição.

37. Ao pressionar SHIFT+F11 no Microsoft Excel 2007:

- (A) Insere uma nova planilha.
- (B) Amplia a janela para modo tela cheia.
- (C) Abre a janela de impressão.
- (D) Abre a autoajuda do Microsoft Excel.

38. Durante o processo de colonização do território brasileiro, o principal objetivo da Coroa Portuguesa era, por meio de uma vinculação econômica com a nova colônia, maximizar o acúmulo de riquezas e, assim, consolidar seus propósitos mercantilistas. A relação de dominação mais marcante estabelecida entre a metrópole e a colônia foi a imposição da obrigatoriedade e exclusividade de que a colônia só pudesse comercializar com a metrópole, prática conhecida como:

- (A) Tratado de Transatlântico.
- (B) Livre-comércio metropolitano.
- (C) Pacto Colonial.
- (D) Sistema feitorial.

39. Sobre os dados populacionais do município de Mozarlândia (GO), de acordo com o censo de 2022

realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), é correto afirmar que:

(A) Sua população estimada está entre 15 mil e 16 mil pessoas, com densidade demográfica superior a 8 habitantes por km².

(B) Sua população estimada está entre 14 mil e 15 mil pessoas, com densidade demográfica superior a 7 habitantes por km².

(C) Sua população estimada está entre 13 mil e 14 mil pessoas, com densidade demográfica superior a 9 habitantes por km².

(D) Sua população estimada está entre 12 mil e 13 mil pessoas, com densidade demográfica superior a 9 habitantes por km².

40. “Ministros do turismo dos países membros do G20 estão em Belém, para discutir os desafios e oportunidades no Turismo global. A realização deste encontro na capital paraense consolida Belém como um importante centro de debates sobre o Turismo Internacional no ano que antecede a realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP30), o maior evento climático do planeta, organizado pela ONU e com a participação de representantes de 190 países, em novembro de 2025.

(texto adaptado de: <https://agenciapara.com.br/noticia/59802>)

A notícia apresentada anteriormente faz referência ao grupo G20, uma importante organização mundial cujas principais características são:

(A) A participação dos 20 principais países da América Latina, sob a coordenação da ONU, para discutir crises ambientais e climáticas.

(B) A rotatividade dos países membros a cada 4 anos, abordando questões focadas na solução de crises ambientais e na sustentabilidade mundial.

(C) A reunião das 20 principais empresas e cooperativas mundiais, que promovem o livre comércio e a globalização econômica de forma sustentável.

(D) A cooperação internacional com o objetivo de debater temas relevantes relacionados à estabilidade econômica global.